

Relatório de Sustentabilidade 2011

Eletrobras
CGTEE



Ministério de
Minas e Energia





Mensagem da Administração

A Administração da Eletrobras CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, em consonância com os Princípios de Transparência e Governança Corporativa e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, disponibiliza ao público interessado o Relatório de Sustentabilidade da Eletrobras CGTEE 2011. O referido relatório foi elaborado em conformidade com a Terceira Geração das Diretrizes do Global Reporting Initiative – GRI/ G3 nível de aplicação C apresentando o nosso desempenho econômico, social e ambiental.

Em 2011 revisamos nosso Planejamento Estratégico para o período de 2012-2021. Neste processo, destaca-se que a sustentabilidade foi alçada ao patamar de objetivo estratégico finalístico, alinhando-nos ao Plano Estratégico da Holding. Esta não é apenas uma mudança literal, mas uma nova forma de compreender os compromissos de uma gestão empresarial.

Evidenciando, nosso compromisso com a sustentabilidade, a CGTEE Eletrobras é signatária do Pacto Global, uma iniciativa da ONU – Organização das Nações Unidas, que objetiva a aplicação das melhores práticas empresariais e valores fundamentais, internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate a corrupção. Do mesmo modo, com as demais empresas do Sistema Eletrobras firmou Carta-Compromisso, que visa a adoção e aperfeiçoamento de boas práticas de gestão de sustentabilidade empresarial, através do Pacto de Tucuruí, ratificado pelo Pacto de Furnas.

Em que pese no cenário mundial, as grandes potências terem apresentado resultados econômicos pouco favoráveis, ou até mesmo, ingressarem em crises agudas, o Brasil manteve-se em crescimento, com inflação sob controle, juros descendentes e aumento das reservas internacionais, gerando quase 2 milhões de empregos - o segundo melhor resultado da história. Esta conjuntura é a expressão de uma correta política de desenvolvimento, que incorpora aos resultados econômico-financeiros o comprometimento com o desenvolvimento social.

Este panorama abre grandes perspectivas ao setor elétrico, uma vez que crescimento econômico e demanda de energia possuem uma correlação intrínseca. No entanto, se por um lado crescem as possibilidades de novos negócios, por outro lado aumentam-se as exigências na busca pela eficiência energética com responsabilidade socioambiental.

Neste sentido, a Eletrobras CGTEE em 2011 concentrou seus esforços em três direções: em primeiro lugar priorizou-se a entrada em operação da UTE Candiota III (FASE C) que duplica a capacidade de geração de energia da Companhia, o que repercutiu positivamente no resultado do exercício 2011 e nos níveis de rentabilidade esperada pelos acionistas. Em segundo lugar, investiu-se na revitalização das demais Usinas existentes, com ações visando o aumento da eficiência energética e o atendimento às exigências ambientais. Por último, por tratar-se de uma empresa pública, que para além da rentabilidade exigida na iniciativa privada possui compromissos com o desenvolvimento social nas áreas em que atua, desenvolveu-se uma série de programas socioambientais, expressando um intenso comprometimento com as premissas da sustentabilidade. Com base nessa perspectiva, a Eletrobras CGTEE colheu resultados satisfatórios, sendo que a performance econômico-financeira da companhia gerou um lucro líquido na ordem de R\$ 17 milhões, implicando numa rentabilidade de 5,34%.

Assim, temos a convicção de que a Eletrobras CGTEE, sob a orientação da Holding e do próprio governo federal, está no caminho correto ao combinar a busca pela lucratividade do negócio com responsabilidade ambiental e social. Para o próximo exercício buscaremos qualificar ainda mais nossa conduta na busca pela excelência na gestão empresarial sustentável, equiparando-nos as práticas das empresas referências do setor elétrico, e desta forma contribuindo para a viabilização do futuro do planeta.

Sereno Chaise

Diretor Presidente

Sumário

Informações.....	9
Perfil.....	10
Responsabilidades com as partes interessadas.....	14
Indicadores de desempenho operacional e de produtividade.....	16
Governança Corporativa.....	16
Organograma da alta gestão em dezembro de 2011.....	17
Composição acionária.....	17
Assembleia geral dos acionistas.....	19
Conselho de administração.....	19
Conselho fiscal.....	20
Diretoria executiva.....	21
Auditoria interna.....	23
Comissão de ética.....	24
Ouvidoria geral.....	25
Portal da transparência.....	25
Comitê de sustentabilidade.....	25
Controles internos e gestão de riscos.....	26
Dimensão Econômica-financeira.....	28
Evolução da energia elétrica gerada na CGTEE.....	28
Valor adicionado.....	29
Demonstração do valor adicionado.....	30
Patrimônio líquido.....	32
Gestão de suprimentos de bens e serviços.....	33

Dimensão Social e Setorial.....	42
Dimensão Social.....	42
Responsabilidade Social.....	42
Indicadores de dimensão social.....	20
Participação em saúde e segurança.....	50
Direitos humanos.....	53
Pacto Global.....	56
Indicadores do Setor Elétrico.....	58
P&D+IAEEL.....	58
Dimensão Ambiental.....	59
Índice GRI.....	75
Nível de aplicação.....	95
Ficha Técnica.....	96



Informações

As informações apresentadas neste relatório referem-se ao período do ano de 2011. Trata-se do terceiro relatório de sustentabilidade da empresa, elaborado segundo as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI). A Eletrobras CGTEE publica anualmente o seu relatório de gestão. A partir do ano de 2007, a empresa passou a adotar um modelo de relatório onde o tema da sustentabilidade passou a figurar com mais ênfase e cujo modelo seguido foi o proposto pela ANEEL e pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Este relatório contou com a participação de todas as áreas da Companhia e envolveu a Usina Presidente Médici (em Candiota), a Usina de São Jerônimo, o Centro de Manutenção de São Leopoldo e, por fim, a Usina NUTEPA e a Sede Administrativa, ambas em Porto Alegre, no fornecimento das informações e no comprometimento com os indicadores de sustentabilidade. Para a coordenação deste relatório, a Eletrobras CGTEE conta com o Comitê de Sustentabilidade constituído pela Diretoria Executiva, com representantes de todas as áreas.

O Relatório de Sustentabilidade 2011 relata as informações referentes à gestão da empresa, envolvendo todas suas unidades de produção e administrativa, descrevendo os indicadores e seus programas socioambientais.

A Eletrobras CGTEE declara que este relatório é o quarto em que a empresa passa a utilizar as diretrizes do GRI nível C e, por consequência, ainda sem a utilização da ferramenta de verificação externa.

Perfil

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, é uma sociedade de economia mista, controlada pela Eletrobras, concessionária do serviço público de energia elétrica, constituída em 28 de julho de 1997, atua exclusivamente na atividade de geração térmica de energia elétrica, a partir do Ato Declaratório nº 3, de 7 de agosto de 1997, e do Despacho de 15 de outubro de 1997, ambos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, foram transferidos para a companhia os direitos de exploração das seguintes usinas termelétricas a carvão: Usina Presidente Médici (Fases A e B), localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina da NUTEPA (movida a óleo combustível), localizada em Porto Alegre, todas no estado do Rio Grande do Sul, tendo suas concessões prorrogadas pelo prazo de vinte anos, contados a partir de 8 de julho de 1995, através da Portaria nº 265, de 27 de julho de 1999, do Ministério de Minas e Energia. Em 13 de setembro de 2000 foi assinado com a ANEEL o contrato de concessão de geração nº 67/2000, cujo termo de concessão das três usinas termelétricas encerrar-se-á em 7 de julho de 2015. O parque gerador de 840 MW atende ao despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

A Companhia detém junto à ANEEL as seguintes concessões e autorizações:

USINAS	DATA DE EMISSÃO	DATA DE ENCERRAMENTO	CAPACIDADE INSTALADA MW
UTE PRESIDENTE MÉDICI FASES AB	08/07/1995	07/07/2015	446
UTE SÃO JERÔNIMO	08/07/1995	07/07/2015	20
UTE NUTEPA	08/07/1995	07/07/2015	24
UTE CANDIOTA II(FASE C)	18/07/2006	17/07/2041	350
TOTAL DA CAPACIDADE INSTALADA			840

Razão Social:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE
Rua Sete de Setembro, 539 - Centro - Porto Alegre/RS – Brasil
CEP: 90010-190. Fone: (51) 3287-1500

Natureza Jurídica:

Sociedade de economia mista

Produto:

Geração térmica de energia elétrica

Unidades de Negócio:

A estrutura administrativa está localizada na cidade de Porto Alegre. O parque gerador é composto por 03 usinas localizadas nos municípios de Candiota, São Jerônimo e Porto Alegre, totalizando 840MW de potência instalada, e um centro de manutenção localizado em São Leopoldo.

Mercados atendidos:

Nacional e Internacional

Porte da Organização:

Empresa de porte médio (678 funcionários)

Endereço Eletrônico:

www.cgtee.gov.br



Missão

Gerar energia elétrica com rentabilidade promovendo o desenvolvimento sustentável.

Visão

Até 2021 consolidar e expandir o negócio, introduzindo novas fontes de energia, prioritariamente na matriz térmica, com práticas e resultados compatíveis aos das melhores empresas do setor elétrico nacional.

Valores

Foco em resultados, empreendedorismo, valorização das pessoas, excelência na gestão e sustentabilidade.

Organização e Gestão

Em decorrência das estratégias definidas pela Companhia, além da revitalização e expansão do negócio atual baseado na geração térmica a carvão, a empresa projeta para o futuro o desenvolvimento de novos projetos referentes à diversificação de sua matriz energética. Abordando-se os recentes negócios de geração a carvão pela Eletrobras CGTEE destaca-se o Projeto UTE Candiota III (Fase C). Trata-se de uma unidade geradora a carvão mineral nacional, com potência de 350 MW, localizada no município de Candiota - RS, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal. O investimento atual está na ordem de R\$ 1,5 bilhão. O empreendimento está em operação e comercializou sua geração de energia no leilão realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2005, pelo prazo de 15 anos a contar de 1º de janeiro de 2010.

Responsabilidade com partes interessadas

O processo para identificação e seleção de stakeholders (partes interessadas), com os quais a empresa vem gradativamente estreitando suas relações, está baseado nos atores que interagem permanentemente com a empresa e cujo resultado empresarial depende ou atinge estes públicos. Em outras palavras, a empresa definiu como principais atores de sua performance todos aqueles que contribuem direta ou indiretamente com o resultado da empresa, assim como, aqueles que recebem os reflexos provenientes deste resultado.

PARTES INTERESSADAS	DETALHAMENTO	CANAIS DE COMUNICAÇÃO
Acionistas e investidores	Eletrobras - Acionista Majoritária (99,94)	Assembleias Ordinárias e Extraordinárias
Clientes	AES SUL; CEEE; RGE e mais 32 distribuidoras de energia	Segue o estatuto da CEEE - relações entre agentes de mercado e Ouvidoria
Fornecedores	Pequenas, médias e grandes empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de materiais e produtos	Mensagens eletrônicas e editais
Empregados	678	Intranet, Boletim Informativo, Relatório de Gestão e Transparência
Estagiários	81	Intranet, Boletim Informativo, Relatório de Gestão e Transparência
Órgão e Programas Públicos	TCU - Tribunal de Contas da União, CGU - Controladoria Geral da União, MME - Ministério de Minas e Energia - Programa Luz para Todos, MPOG - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	Políticas Manuais de Procedimentos, Relatórios e Publicações Legais, Resoluções de Diretoria, Controles Internos, Pesquisas de Campo e Palestras, Fórum das Comunidades e Ouvidoria

Organizações Sociais,
Ambientais e Comunidade

UFRGS - Programa de Monitoramento Ambiental, EMBRAPA Pecuária Sul - Desenvolvimento Territorial Endógeno da Bacia do Alto Camaquã, EMBRAPA Clima Temperada e FAPG - Fundação de Apoio a Pesquisa Edmundo Gastal - Projeto Quintais, Centro de Educação Profissional São João Calábria, Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) - Programa Pró-Equidade de Gênero, Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial (ONUDI)

Aulas práticas e teóricas para a comunidade, Desenvolvimento de projetos, Relatórios de monitoramento, Fórum das Comunidades e Ouvidoria

Sindicatos

SINTEC - Sindicato dos Técnicos industriais, SINERGISUL - Sindicato dos Eletricitários, SENGE - Sindicato dos Engenheiros, SINDICONTA- Sindicato dos Contadores, SINDAERGS- Sindicatos dos Administradores

Acordo Coletivo dos Empregados da Eletrobras CGTEE no RS

Indicadores de desempenho Operacional e de Produtividade

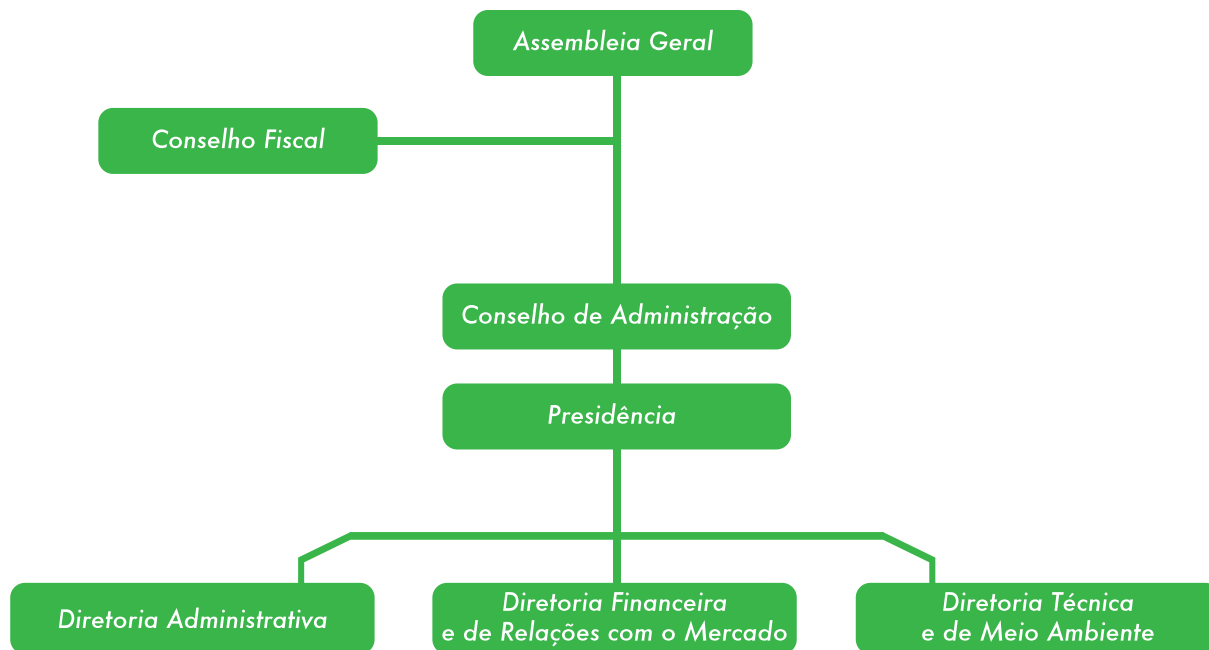
GERAÇÃO, ENERGIA VENDIDA E PERDAS	2009	2010	2011
Energia gerada	945	966	1.902,497
Energia vendida (GWh)	2124	4380	4450
1) Contratos iniciais (GWh)	907	604	302,22
2) Contrato CCEAR (GWh)	1217	3776	4.078
Perdas elétricas globais (GWh)	198	205	282
Perdas elétricas - Total (%)	20,9%	21,2%	14,8%
Energia vendida por empregado (MWh)	3765	6646	6563
Energia comprada (GWh)	1179	3414	1.496,6

Dimensão Governança Corporativa

Consoante ao processo de governança corporativa e sustentabilidade, que valoriza e propicia o aprimoramento da eficiência, do diálogo, da transparência de processos e atos, da consciência à postura ética, da credibilidade dos negócios, da gestão de risco e controle internos eficazes e comprometimento da Alta Gestão com o crescimento e desenvolvimento sustentável, a Eletrobras CGTEE vem buscando aperfeiçoar suas práticas e relações com seus stakeholders, de forma a agregar valor aos seus acionistas, sociedade, produtos/serviços, processos e insumos, imprimindo, assim, qualidade, confiabilidade, rentabilidade e responsabilidade socioambiental em seus negócios.

A alta Administração da Eletrobras CGTEE é composta pela Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, de acordo com o definido na Lei 6.404 das Sociedades por Ações.

Organograma da Alta Gestão em dezembro de 2011



Composição Acionária

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2011, a seguinte composição acionária: Centrais Elétricas Brasileira S.A – Eletrobras (99,953%) e Outros (0,046%).



Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral se reúne conforme a legislação vigente, isto é, ordinariamente até o último dia do mês de abril do ano subsequente ou extraordinariamente sempre que o Conselho de Administração ou o acionista majoritário demandar.

Em junho de 2011, ocorreu a Assembleia Geral Ordinária em atendimento à Lei 6404, que aprovou as contas do exercício anterior e renovou o Conselho de Administração.

Já em setembro houve uma Assembleia Geral Extraordinária, que entre outras deliberações alterou o Estatuto da Companhia, visando alterar a composição do Conselho de Administração, e desta forma permitir a inclusão de um Conselheiro eleito pelo corpo funcional, a partir de 2012.

Conselho de Administração

É constituído pelo Presidente e cinco Conselheiros, todos acionistas, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. Entre os Conselheiros, um integrante é indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Diretor Presidente é conselheiro nato, e os demais são indicados pelo Ministério de Minas e Energia (dentre os quais o Presidente do Conselho). Em 2011 foram realizadas 12 (doze) reuniões, nas quais foram deliberadas as matérias de sua competência definidas no Estatuto Social da Companhia.

Composição do Conselho

Valter Luiz Cardeal de Souza – Presidente

Sereno Chaise

Ricardo Spanier Homrich

Mauro Henrique Moreira Sousa

Sidney do Lago Junior

Cristian Willian de Sousa Cunha

Conselho Fiscal

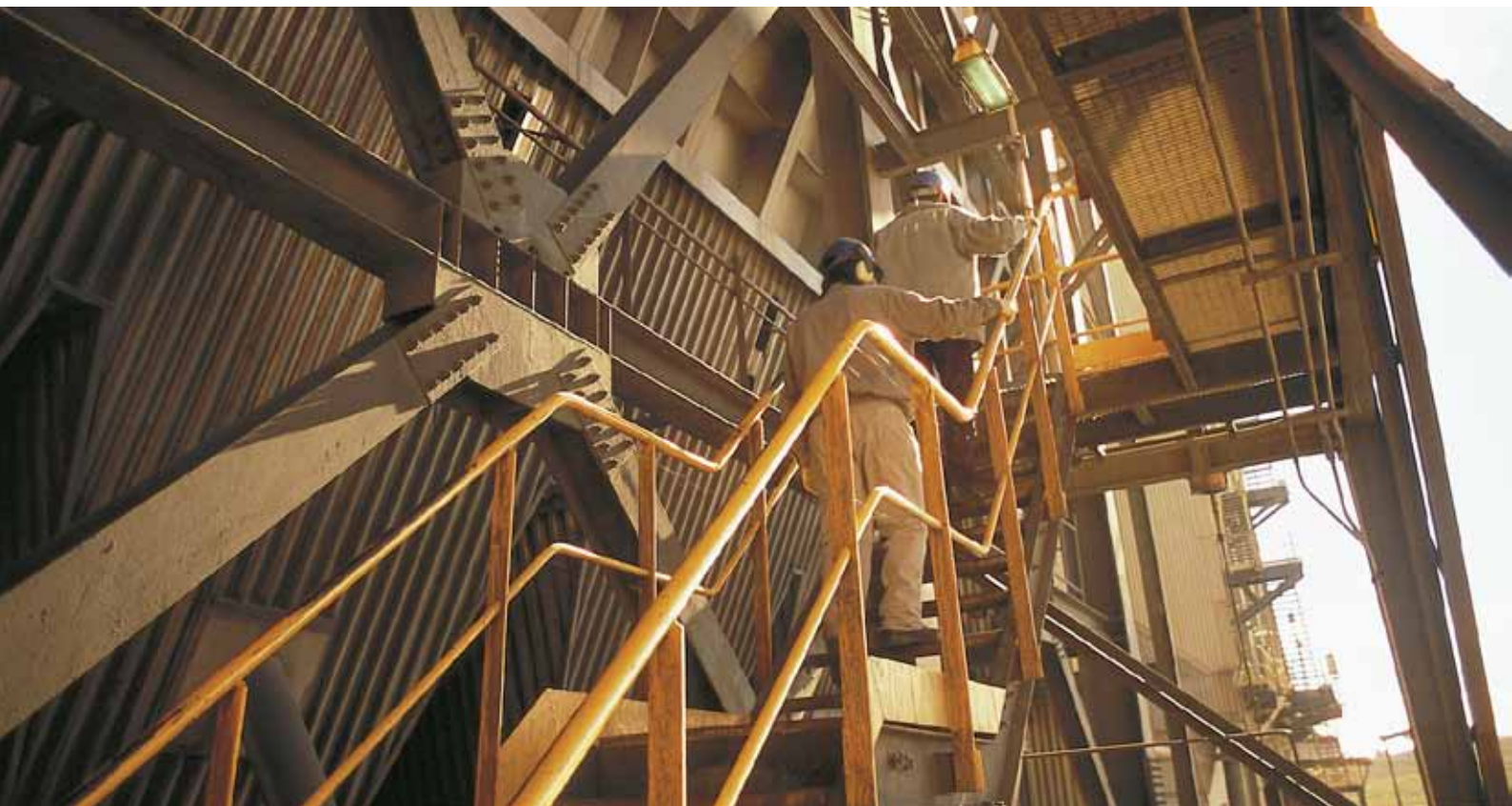
É constituído por três membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. Um dos integrantes titulares, e respectivo suplente é indicado pelo Ministério da Fazenda (representante do Tesouro Nacional) e os demais pelo Ministério de Minas e Energia. O Conselho Fiscal reuniu-se 12 (doze) vezes em 2011 para fiscalizar os atos administrativos e cumprir com seus deveres estatutários.

Composição do Conselho

Celina Maria de Macedo Brinckmann – Presidente

Rosângela da Silva

Bruno Fabrício Ferreira da Roca



Diretoria Executiva

É composta pelo Diretor Presidente e outros três Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, nas seguintes áreas: Presidência, Diretoria Financeira e de Relações com o Mercado, Diretoria Técnica e de Meio Ambiente e Diretoria Administrativa, com mandato de três anos, e possibilidade de recondução. A Diretoria Executiva se reúne semanalmente para deliberar sobre as matérias de interesse de cada Diretoria. Em 2011 foram realizadas 57 (cinquenta e sete) reuniões.

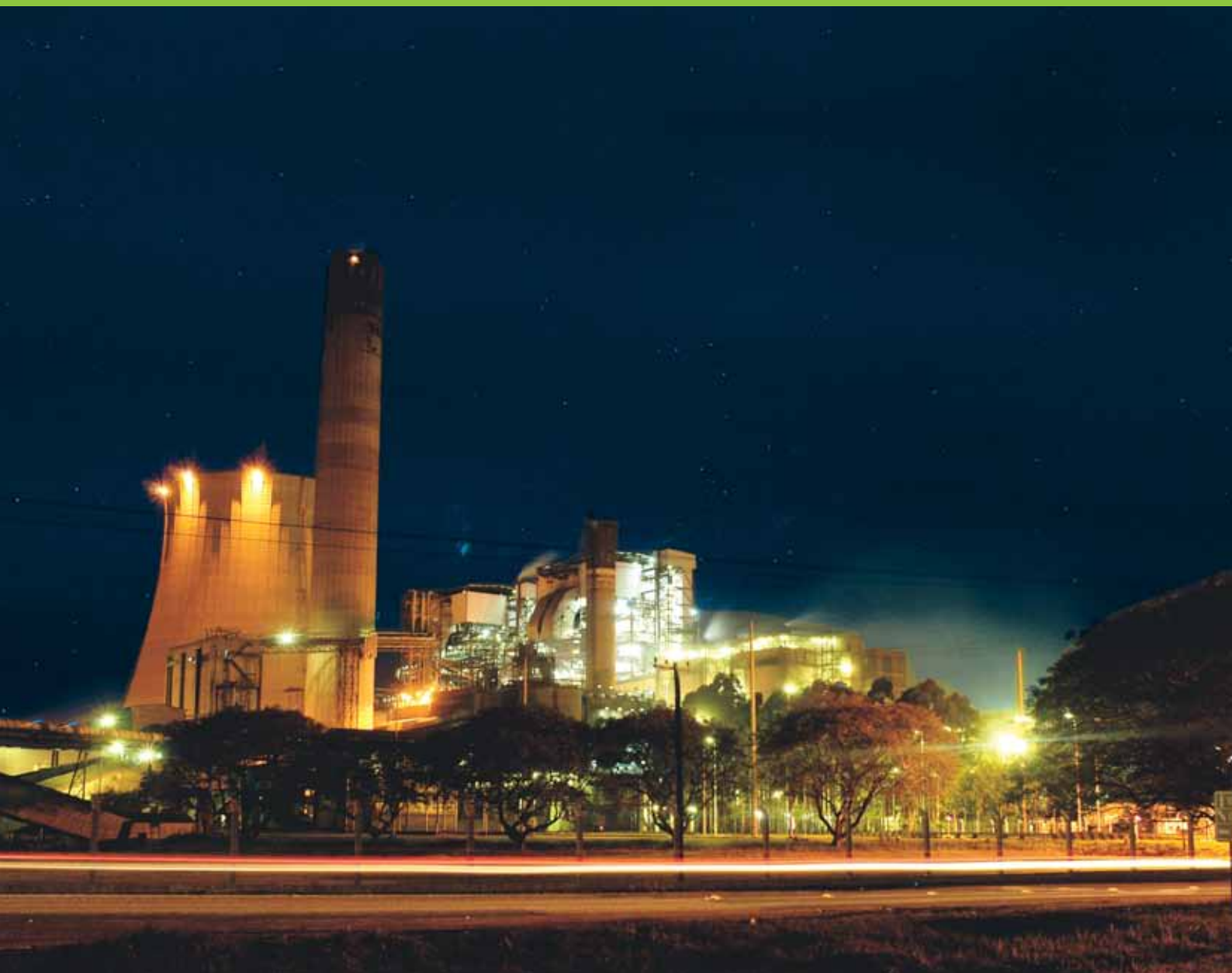
Composição da Diretoria Executiva

Sereno Chaise – Diretor Presidente

Clovis Ilgenfritz da Silva – Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor – Diretor Técnico e de Meio Ambiente

Sandro Figueiredo de Oliveira – Diretor Administrativo



Auditoria Interna

Cabe a Auditoria Interna, dentre outras atribuições, examinar e avaliar a documentação, registros, arquivos, dados, operações, funções, procedimentos e normas internas, bem como aferir o cumprimento das diretrizes, atos normativos internos e externos, a legislação vigente e adequabilidade dos métodos e controles existentes. Também é responsável por desenvolver os entendimentos junto aos órgãos auditados acerca das não-conformidades constatadas e emitir, quando for o caso, relatório com comentários e recomendações a serem adotadas, acompanhando periodicamente as providências das unidades organizacionais sobre as recomendações reportadas e coordenando o atendimento, pelas unidades organizacionais da Companhia, às solicitações dos órgãos governamentais de controle e do Tribunal de Contas da União – TCU, relacionadas às inspeções e auditorias por eles realizadas.

Visando propiciar condições para a modernização da empresa com base na ética, transparência da informação, responsabilidade socioambiental e valorização dos direitos humanos, a Eletrobras CGTEE, alinhada às diretrizes do Sistema Eletrobras, aperfeiçoou seus processos, cujas premissas são transparência, prestação de contas (accountability), sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e equidade.

O conjunto de projetos e ações com as políticas do Sistema Eletrobras são os seguintes:

Comissão de Ética

etica@cgtee.gov.br

A Comissão de Ética tem como finalidade orientar e aconselhar sobre ética profissional os integrantes da Eletrobras CGTEE, quanto ao tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete também à Comissão representar a Comissão de Ética Pública, supervisionando a observância da Alta Administração Federal, bem como promovendo a adoção de normas de conduta éticas específicas para os integrantes da Eletrobras CGTEE.

Submete-se ao Código de Ética, no que couber, todo aquele que, por força da lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a Eletrobras.



Ouvidoria Geral

ouvidoria@cgtee.gov.br

A Ouvidoria Geral tem a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação rápido e eficiente entre a gestão da empresa e o público interno e externo, colaborando para o alcance da eficiência na prestação dos serviços, da transparência, da ética no planejamento, no exercício das boas práticas de governança e na excelência da gestão administrativa.

O ano de 2011 foi de aperfeiçoamento e divulgação da Ouvidoria, visando aprimorar o atendimento dos usuários, bem como padronizar e unificar os procedimentos das Ouvidorias do Sistema Eletrobras, em consonância com as políticas de sustentabilidade praticadas pelas empresas Eletrobras.

O Canal Verde é o instrumento vigente de manifestações sobre questões socioambientais.

http://www.eletrobras.com/SOU/Manifestante/Nova_Solicitacao.asp?empresa=CGT

Portal da Transparência

<http://www.portaltransparencia.gov.br/>

Tem como objetivo disponibilizar informações no site da empresa sobre execução orçamentária e financeira, licitações, contratações, convênios, instrumentos congêneres, diárias e passagens.

Controles Internos e Gestão de Riscos

Os controles internos e gestão de riscos possuem uma estrutura integrada, constituída por políticas e diretrizes, Comitê de Riscos e metodologias associadas a sistemas de identificação, quantificação, resposta e controle alinhados à Holding contando com uma estrutura permanentemente adaptada, voltada à aderência das práticas de governança corporativa, objetivando equilibrar o grau de tolerância aos riscos, metas de crescimento e expectativa de rentabilidade.

Em 2011, a Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos promoveu a continuidade da implementação dos processos piloto objetivando atender ao cronograma proposto pela Holding, resultando na implementação de mais quatro processos ligados diretamente as áreas operacional e fiscal-contábil da empresa.

O princípio da precaução é considerado nas avaliações dos riscos implementados, objetivando a prevenção no gerenciamento dos riscos, independente da sua natureza, para que não se materializem, (apesar de não haver orientação corporativa específica para sua aplicação).

O Princípio da Precaução também é levado em conta pela Eletrobras CGTEE através da realização de estudos e mensuração do impacto de suas operações e das futuras, através de EIA e RIMA. Por trabalhar com outras fontes de energia térmica produz rejeitos e resíduos de impacto negativo. A Eletrobras CGTEE trata esses materiais antes de descartá-los de acordo com a legislação e com protocolos internacionais. O respeito à legislação e possíveis procedimentos realizados vão além daquilo que é exigido pelas leis. Na implantação de novos empreendimentos é efetuado estudo de Impacto Ambiental para os projetos, decorrente das incertezas científicas dos impactos ambientais desses novos empreendimentos.

O princípio da precaução também é aplicado através dos cuidados essenciais com a responsabilidade pela segurança física, pela saúde do pessoal próprio e dos prestadores de serviço. (Neste sentido, os princípios operacionais da Eletrobras CGTEE, indicam que, em caso de dúvida, o empregado próprio e/ou do prestador do serviço deve parar o procedimento em execução da atividade. Outro exemplo de aplicação do princípio da precaução são as avaliações sobre a emissão de CO₂, decorrentes de seu negócio, conduzidas pela Eletrobras CGTEE.).

Em 2011, a Eletrobras CGTEE concentrou e desenvolveu suas atividades segundo cronograma da GIR (Gestão Integrada de Riscos) da Eletrobras, com vistas à implementação de mais quatro pilotos de riscos, dando continuidade às ações de implementação iniciadas no exercício anterior. Estas atividades foram realizadas por meio de seções de treinamento, divididos em três módulos com conteúdos específicos desenvolvidos pela Consultoria Deloitte e coordenados pela Eletrobras CGTEE e Controles Internos da Eletrobras, resultando na Implementação dos pilotos de risco, a saber:

- **Disponibilidade de Suprimentos Críticos;**
- **Administração Fiscal-Tributária;**
- **Controles Ambientais;**
- **Disponibilidade na Geração**

As atividades foram realizadas por meio da Universidade do Sistema Eletrobras (UNISE), ministrados pela consultoria Deloitte com intuito de orientar as empresas do Sistema Eletrobras a implementar o processo de Gestão Integrada de Risco de forma a garantir uma avaliação constante dos riscos do negócio.

Além disso, a Gestão de Riscos promoveu apoio à área de sustentabilidade através de levantamento de informações e evidências ao Relatório de Sustentabilidade, ISE, DJSI e Pacto de Furnas.

Dimensão Econômico-Financeira

Evolução da Energia Elétrica gerada na CGTEE

A geração total de energia elétrica em 2011 foi de 1.902,497 GWh, apresentando uma grande elevação em relação ao ano de 2010, cuja geração foi de 966,247 GWh, em virtude da entrada e operação comercial da Usina Candiota III – FASE C a partir de 01 de janeiro de 2011. Neste contexto, a performance das unidades foi a seguinte:

USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI (UPME)	478,731 G	Wh
UTE SÃO JERÔNIMO	44,274	GWh
UTE CANDIOTA II(FASE C)	1.379,491	GWh
NOVA USINA TERMO ELÉTRICA DE PORTO ALEGRE: NÃO FOI DESPACHADA EM 2011		

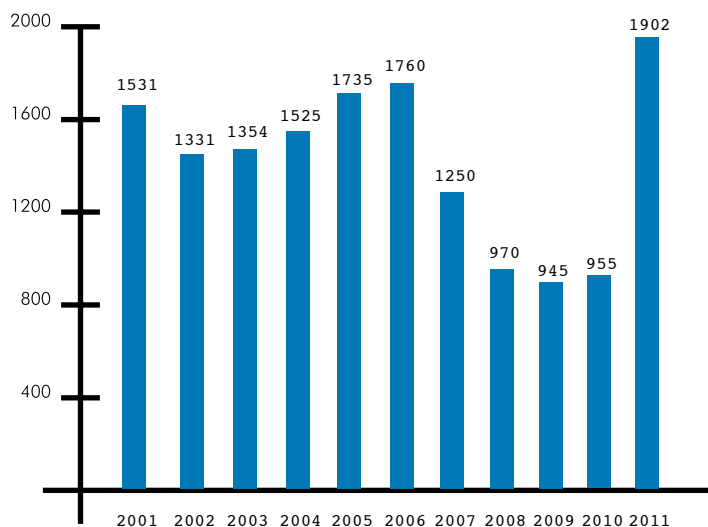


Gráfico 1 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na Eletrobras CGTEE

*No gráfico de geração total de 2011, está incluída a geração da UTE Candiota III.

O Programa de Geração de Intercâmbio – PGI foi realizado de acordo com as inflexibilidades e disponibilidades das usinas, resultando num atendimento de 80,44% da geração programada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Em termos de disponibilidade geral das unidades, a performance ficou em 27,49%. Individualmente, a UPME registrou um índice de disponibilidade de 22,06%, enquanto que a USJE apresentou 61,67%.

A CGTEE, ao longo do ano de 2011, exportou energia para o Uruguai através da Usina Presidente Médici. A geração líquida destinada a exportação foi de 62,664 MWh, representando uma receita de R\$ 10.894,14.

Valor Adicionado

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia integram as Demonstrações Contábeis, através da “Demonstração do Valor Adicionado”, conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais como informação suplementar pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória para Companhias de capital fechado.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

A tabela a seguir apresenta os coeficientes de distribuição do valor adicionado em 2011 em relação ao ano de 2010.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADCIONADO					
2010			2011		
		%			%
COLABORADORES	68.599	33.82%	COLABORADORES	92.170	16.58%
GOVERNO	82.016	40.44%	GOVERNO	110.457	19.87%
AGENTES FINANCEIROS	10.994	5.432%	AGENTES FINANCEIROS	335.983	60.45%
ACIONISTAS	41.211	20.32%	ACIONISTAS	17.208	3.10%
TOTAL	202.802	100,00%	TOTAL	55.818	100,00%

Componentes	Comentário
Valor Econômico direto gerado (x1000)	
a) Receitas R\$ 550.352	Vendas líquidas mais receitas provenientes de investimentos financeiros e venda de ativos, resultante da geração térmica de energia elétrica.
Valor econômico distribuído	
b) Custos operacionais R\$ 270.107	Pagamento para fornecedores, investimentos não estratégicos, royalties e pagamentos de facilitação
c) Salários e benefícios de empregados R\$ 92.170	Total da folha de pagamentos para empregados (pagamentos atuais e não as obrigações futuras)
d) Pagamentos para provedores de capital R\$ 335.983	Todos os pagamentos financeiros feitos aos provedores de capital da organização (Empréstimos da controladora)
e) Pagamentos ao governo (por país) R\$ 110.457	Impostos brutos (contribuições sociais e impostos sobre o faturamento e sobre propriedade).
f) Investimentos na comunidade R\$ 526	Contribuições voluntárias e investimentos de fundo na comunidade como um todo (inclui doações), Projeto de amplitude social econômico.

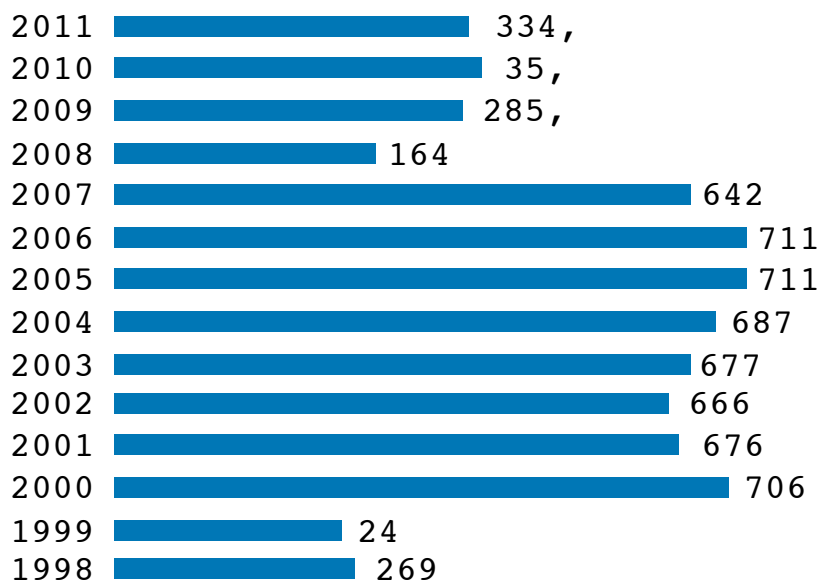
As vendas líquidas correspondem às vendas brutas de produtos e serviços deduzidas das devoluções, descontos e abatimentos. A receita da Companhia está concentrada em sua atividade principal, que é geração térmica de energia elétrica a partir da queima de carvão mineral.

As receitas de venda de ativos incluem ativos físicos (propriedade, infraestrutura, equipamentos) e intangíveis (ex.: direitos de propriedade intelectual, modelos e nomes de marcas). As receitas de vendas de bens do permanente, referem-se à realização de venda de sucata de veículos e, principalmente, a venda de imóveis da Vila Operária, em Candiota-RS, relativa ao projeto de desmobilização de imóveis em parceria firmada com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Eletrobras CGTEE, ao final do exercício de 2011, atingiu o montante de R\$ 334,5 milhões, enquanto que em 2010 havia sido apurado um valor de R\$ 354 milhões, conforme ilustra o gráfico a seguir

Valores em Milhões de Reais



Em 2011, a Companhia obteve lucro líquido, descontado o imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$ 17,2 milhões, menor que em 2010, que foi de R\$ 41,2 milhões, porém mantendo os resultados positivos de balanço.

O comportamento de redução do Patrimônio Líquido de 2011 de R\$ 334,5 milhões em relação a 2010 de R\$ 354 milhões teve origem na contabilização do Ajuste de Variação Patrimonial de R\$ 7,9 milhões. Também influenciou a redução do PL a diminuição dos Dividendos Adicionais Propostos pela redução dos lucros de R\$ 11,6 milhões. A reserva legal teve um acréscimo de 5% conforme estatuto representando 0,8 milhão.

Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

Destaca-se que a empresa é pioneira no Sistema Eletrobras quanto à implementação do processo licitatório do tipo Pregão Eletrônico, modalidade Registro de Preços. Em média, 80% das aquisições são realizadas por meio deste tipo de licitação, o que tem aumentado a economia na contratação de bens e serviços. Além disso, a empresa possui mecanismos que garantem a não utilização de reajustes automáticos nos contratos, a partir de uma comissão que realiza a análise do equilíbrio financeiro dos montantes contratuais.

DESEMPENHO DAS AQUISIÇÕES NO ANO DE 2011	
Concorrências concluídas no período	05
Total do orçamento estimado	R\$ 10.861.090,20
Valor final das contratações	R\$ 10.187.341,35
Deságio	R\$ 673.748,85
Deságio percentual	6,20%

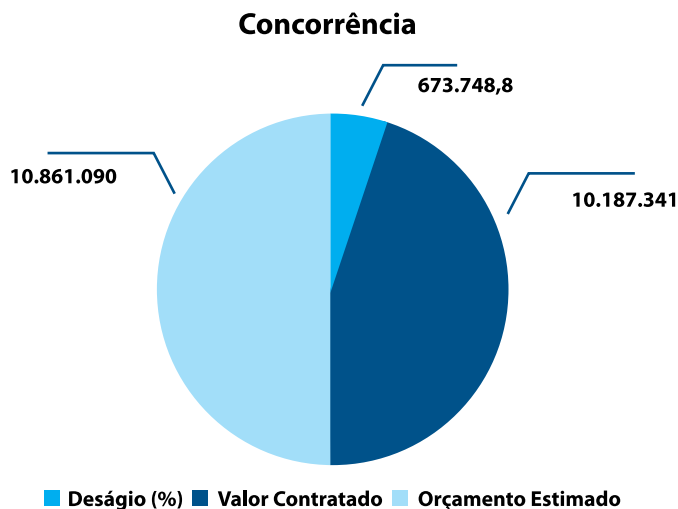


Gráfico 3 - Concorrências 2011



PREGÕES ELETRÔNICOS NO ANO DE 2011

Pregões eletrônicos concluídos no período	51
Total do orçamento estimado	R\$ 15.123.705,72
Valor final das contratações	R\$ 11.663.308,75
Deságio	R\$ 3.460.396,97
Deságio percentual	22,88%

Pregões Eletrônicos

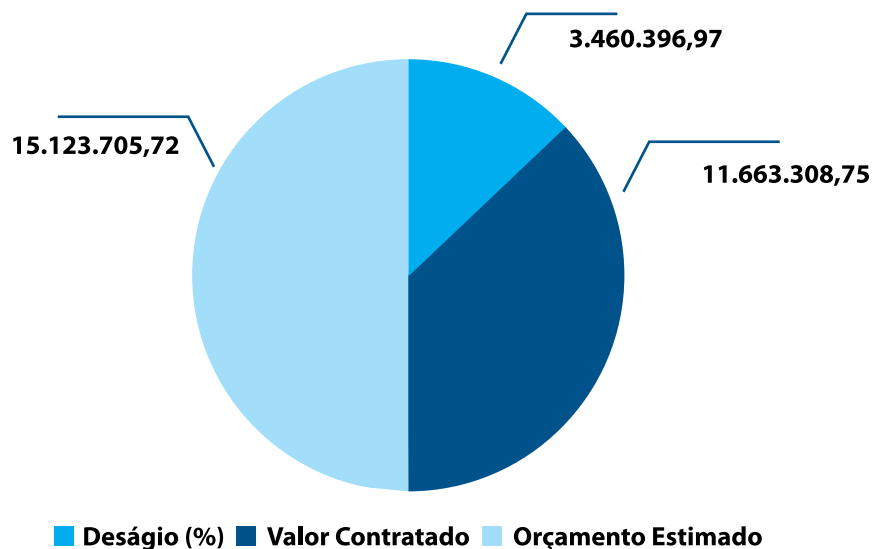


Gráfico 4 - Pregões Eletrônicos 2011

PREGÕES PRESENCIAIS NO ANO DE 2011

Pregões Presenciais concluídos no período	04
Total do orçamento estimado	R\$ 35.799.160,00

Obs: As disputas desses pregões presenciais se deram através de menor taxa desconto/administração sendo o orçamento, o limite de gasto da administração.

PREGÕES PRESENCIAIS

	Nº DO PREGÃO PRESENCIAL	ORÇAMENTO ESTIMADO	
01	PR11700001	R\$ 34.259.160,00	Taxa prevista 37,74% sobre tabela de preços da ANP taxa contratada: 9,53% sobre tabela de preços da ANP
02	PR11700002	R\$ 900.000,00	Desconto previsto de 3,33% sobre o valor da taxa de serviço. Desconto contratado de 100% sobre o valor da taxa de serviço
03	PR11700003	R\$ 610.000,00	Taxa de administração prevista de 1,7%. Taxa de administração contratada de 0% (zero por cento)
04	PR CGTEE/SEDE/0392/2011	R\$ 30.000,00	Receita de R\$ 33.000,00
TOTAL	04	R\$ 35.799,160,00	



REGISTROS DE PREÇOS	
Registro de Preços concluídos no período	16
Total do orçamento estimado	R\$ 26.008.401,27
Valor final das contratações	R\$ 25.533.984,98
Deságio	R\$ 474.416,29
Deságio percentual	1,82%

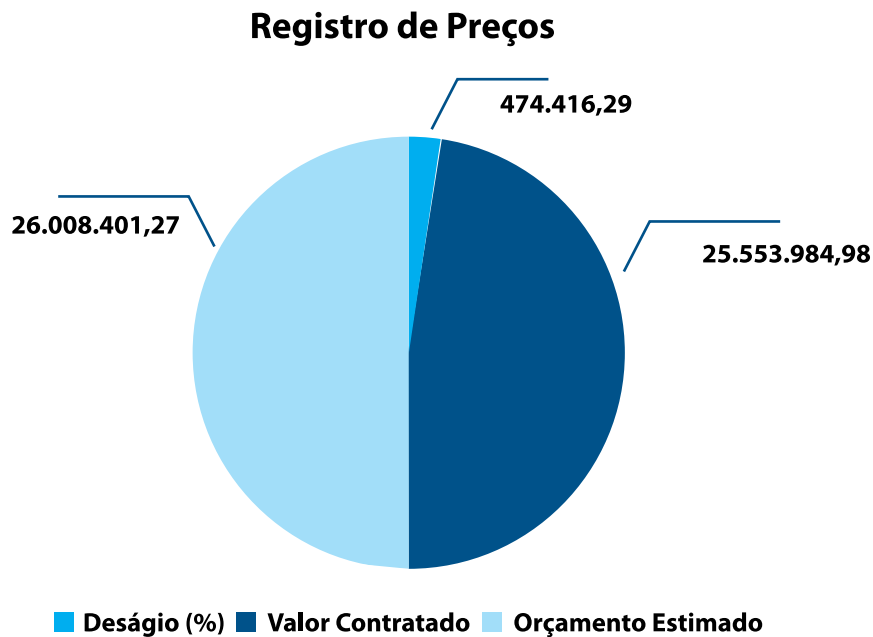


Gráfico 5 - Registro de preços 2011

TOMADA DE PREÇOS	
Tomadas de preços concluídas no período	04
Total do orçamento estimado	R\$ 1.880.667,49
Valor final das contratações	R\$ 1.387.855,92
Deságio	R\$ 492.811,57
Deságio percentual	26,20%

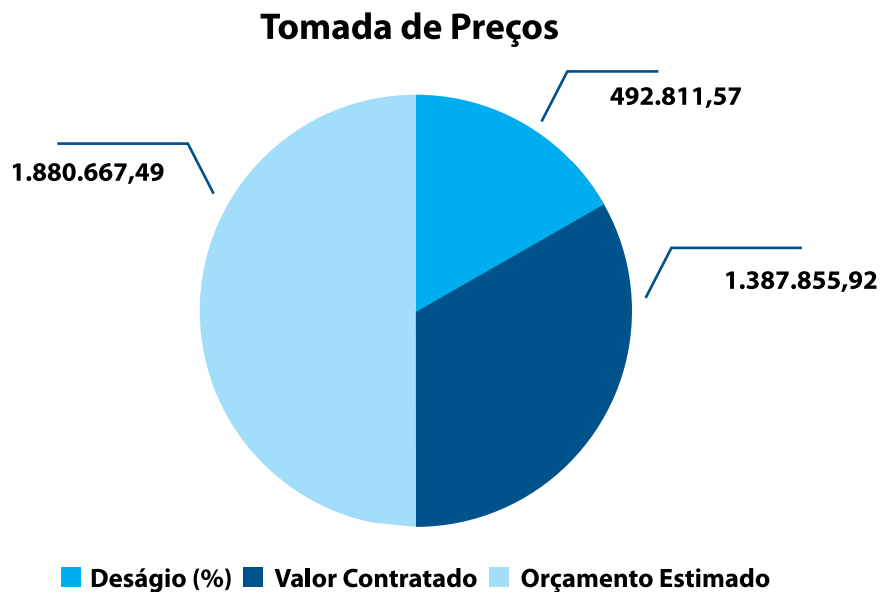


Gráfico 6 - Tomada de preços 2011

Licitações Efetivamente Realizadas em 2011

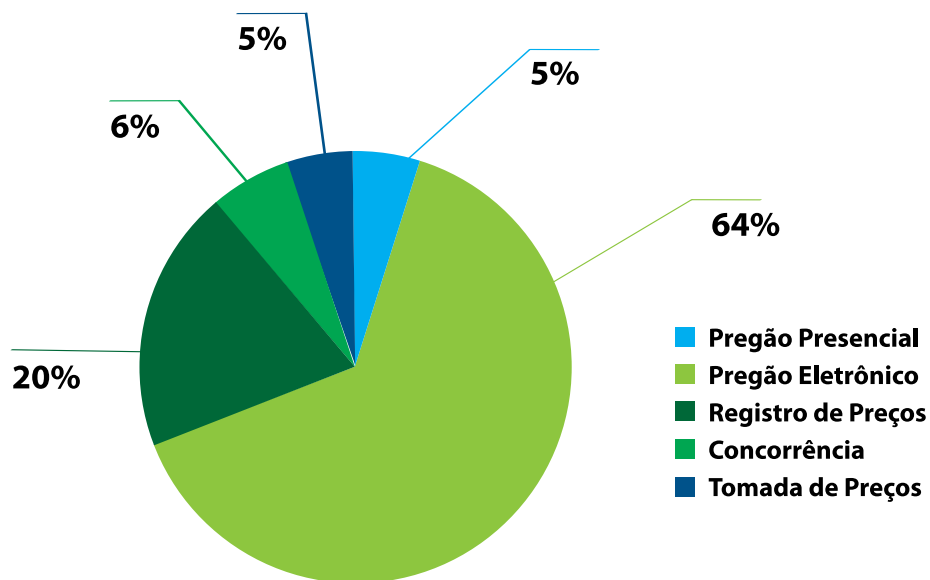


Gráfico 7 - Licitações efetivamente realizadas em 2011

- Análise e emissão de Certificados de Registro Cadastral, conforme Art. 34 da Lei Nº 8.666/93.

De 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, foram emitidos 35 (trinta e cinco) Certificados de Registro Cadastral -CRC's, sendo 21 (vinte e um) novos e 14 (quatorze) renovações de certificados.



Nº Certificados Emitidos

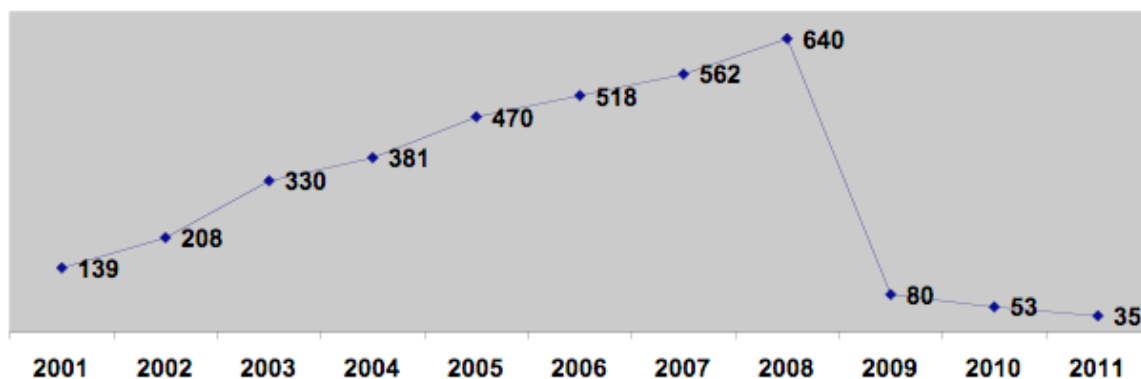


Gráfico 8 - Evolução do número de emissões de Certificados de Registro Cadastral.

A Eletrobras CGTEE realiza sistematicamente pesquisas de preços no mercado do modo a instruir os processos administrativos com, no mínimo, três orçamentos visando a obtenção do Orçamento Estimado de Custos (referencial), que representa o valor máximo que pagará pela futura contratação.

Dimensão social e setorial

Dimensão Social

Alinhada às diretrizes do Sistema Eletrobras, a Companhia busca implementar políticas e ações capazes de gerar qualidade de vida aos seus empregados e à comunidade. O crescimento sustentável pressupõe a harmonia entre o bem estar da sociedade e a forma de atuação responsável da indústria geradora de energia em relação a sua atividade, potencialmente impactante ao modo de vida das pessoas. Neste sentido, os programas e políticas voltados para seus empregados, consumidores, fornecedores e clientes produzem um conjunto de indicadores monitorados sistematicamente para a melhoria contínua do relacionamento com estes públicos.

Responsabilidade Social

Evidenciando seu compromisso social, a Eletrobras CGTEE investiu quantitativa e qualitativamente nas comunidades, com apoio das prefeituras, nas áreas de educação, cultura, esporte, autosustentação alimentar, inserção dos jovens e promovendo a equidade de gênero.

Em 2011 foram realizadas diversas ações que evidenciam o comprometimento da Eletrobras CGTEE com as comunidades no entorno de seus empreendimentos, tais como:

- **Oficinas de teatro, música, dança e técnicas circenses difundindo a importância da preservação do meio ambiente com Projeto Thol Para Todos;**
- **Ajuda a comunidade de São Jerônimo atingida por um forte temporal com a distribuição de telhas para que as mesmas reparassem suas casas;**
- **Doação de UTIs Móveis visando a qualificação dos serviços de saúde de municípios como Pedras Altas e Pinheiro Machado;**
- **Doação de computadores obsoletos e/ou inservíveis para Telecentros e Procon no município de Bagé;**
- **Reforma e ampliação da Escola Municipal Nely Betemps em Candiota.**

Principais Projetos

• **Desenvolvimento territorial endógeno da bacia do Alto Camaquã** - O convênio firmado entre a Eletrobras CGTEE e a Embrapa Pecuária Sul, tem como justificativa a promoção socioeconômica da região, em razão do precário desenvolvimento da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, que carece de iniciativas por parte do Poder Público e, também, da iniciativa privada em reverter este quadro. Neste particular, os municípios que compõem a Bacia do rio Camaquã: Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista devem ser incentivados em promover suas potencialidades próprias (modo de vida associado à natureza, elevados índices de renovabilidade dos sistemas produtivos, paisagens preservadas, diversidade produtiva, história regional, etc). Trata-se de uma proposição inovadora na medida em que promove o desenvolvimento regional com o enfoque territorial e uma perspectiva endógena, a que somente pode ser efetivada com a participação ativa dos atores locais.

• **Projeto Quintais** - Objetiva garantir o consumo de “alimentos seguros” pela produção própria em sistema orgânico de produção, enquanto estimula o consumo de frutas para a segurança alimentar. Além disso, promove a educação ambiental e os cuidados com o meio ambiente, dentre outros. Este projeto se compromete com o programa Fome Zero do Governo Federal e tem parcerias com a EMBRAPA Clima Temperado de Pelotas e com a FAPEG (Fundação de Apoio à Pesquisa Edmundo Gastal). O público-alvo abrange agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas e povos indígenas. O Projeto Quintais atendeu de 2004 a 2011 um significativo número de beneficiários sendo 2.566 Agricultores Assentados, 19.888 alunos, 2.632 indígenas, 447 quilombolas, 3003 agricultores familiares e 6.308 diversos. Foram implantados 262 quintais em agricultores assentados, 113 escolas, 43 em comunidades indígenas, 43 em comunidades Quilombolas, 434 em agricultores familiares e 94 beneficiários diversos totalizando 1.000 quintais orgânicos de frutas.



• **Projeto Calábria (Centro de Educação Profissional São João Calábria)** – Este projeto objetiva contribuir para a promoção de adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social em Porto Alegre/RS e Região Metropolitana, através da qualificação e posterior encaminhamento para inserção destes no mercado formal de trabalho, conforme determina a Lei nº 5.598/2005, nas modalidades de Mecânica, Elétrica Automotiva e Marcenaria. Em 2011, foi fixado, pelo Plano de Trabalho, 33 (trinta e três) jovens a serem contratados pelo convênio;

• **Pró-Equidade de Gênero** - É uma iniciativa do Governo Federal, implementada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), que visa alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho através da adoção de novas concepções na gestão de pessoas e na organização das empresas.

Indicadores dimensão social

A seguir são apresentados os dados observados no âmbito da Companhia em relação à estatística da área social.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS POR GÊNERO, CATEGORIA E RAÇA				
	CATEGORIAS	GÊNERO	RAÇA	NÚMERO
GOVERNANÇA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	MASC.	BRANCA	06
	CONSELHO FISCAL	MASC./FEM.	BRANCA	01/02
	DIRETORIA	MASC.	BRANCA	01
FUNÇÕES GERENCIAIS		MASC.	BRANCA/NEGRA/PARDA	43/02/03
		FEM.	BRANCA	06
DEMAIS EMPREGADOS		MASC.	BRANCA/NEGRA/PARDA	437/37/38
		FEM.	BRANCA/NEGRA/PARDA	97/08/07
TOTAL GRUPOS DE GOVERNANÇA				13
TOTAL FUNÇÕES GERAIS				54
TOTAL DEMAIS EMPREGADOS				624
TOTAL GERAL				691

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS POR CATEGORIA, GÊNERO E FAIXA ETÁRIA				
	CATEGORIAS	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	NÚMERO
GOVERNANÇA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	MASC.	DE 41 A 50 ANOS	01
		FEM.	ACIMA DE 50 ANOS	04
	CONSELHO FISCAL	MASC.	DE 31 A 40 ANOS	01
		FEM.	DE 31 A 40 ANOS	01
			ACIMA DE 50 ANOS	01
	DIRETORIA	MASC.	DE 41 A 50 ANOS ACIMA DE 50 ANOS	08
FUNÇÕES GERENCIAIS		MASC./ FEM	ATÉ 30 ANOS DE 31 A 40 ANOS DE 41 A 50 ANOS ACIMA DE 50 ANOS	03/01 05/01 18/02 22/02
DEMAIS EMPREGADOS		MASC./ FEM	ATÉ 30 ANOS DE 31 A 40 ANOS DE 41 A 50 ANOS ACIMA DE 50 ANOS	99/32 92/19 146/27 175/34
TOTAL GRUPOS DE GOVERNANÇA				13
TOTAL FUNÇÕES GERAIS				54
TOTAL DEMAIS EMPREGADOS				624
TOTAL GERAL				691

ROTATIVIDADE DE EMPREGADOS POR GÊNERO				
SITUAÇÕES		MASCULINO	FEMININO	TOTAL
EMPREGADOS NO INÍCIO DO PERÍODO		5511	08	659
DEMISSÕES NO PERÍODO	Voluntária	09	02	11
	Involuntária	00	00	00
APOSENTADORIAS NO PERÍODO	Voluntária	00	00	00
	Compulsória	00	01	01
DESLIGAMENTO POR OUTROS MOTIVOS		01	00	01
ADMISSÕES NO PERÍODO		19	13	32
NÚMERO DE EMPREGADOS NO PERÍODO		560	118	678

ROTATIVIDADE DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA						
SITUAÇÕES		ATÉ 30 ANOS	DE 31 A 40 ANOS	DE 41 A 50 ANOS	ACIMA DE 50 ANOS	TOTAL
EMPREGADOS NO INÍCIO DO PERÍODO		123	110	191	236	659
DEMISSÕES NO PERÍODO	Voluntária	08	01	01	01	11
	Involuntária	00	00	00	00	00
APOSENTADORIAS NO PERÍODO	Voluntária	00	00	00	08	08
	Compulsória	00	00	00	01	01
DESLIGAMENTO POR OUTROS MOTIVOS		00	00	00	01	01
ADMISSÕES NO PERÍODO		21	08	03	00	32
NÚMERO DE EMPREGADOS NO PERÍODO		135	117	193	233	678

Obs: Não foi considerado um empregado diretor.

PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO BASE E A REMUNERAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES						
CATEGORIA	SALÁRIO BASE			REMUNERAÇÃO		
	HOMENS	MULHERES	H/M	HOMENS	MULHERES	H/M
DIRETORIA	R\$ 19,744,22	00	-	R\$ 19,744,22	00	-
CONSELHEIROS	R\$ 1.974,42	R\$ 1.974,42	1,00	R\$ 1.974,42	R\$ 1.974,42	1,00
FUNÇÃO GERENCIAL	R\$ 4.226,07	R\$ 3.636,95	1,16	R\$ 8.274,01	R\$ 5.717,45	1,44
EMPREGADOS	R\$ 3.061,12	R\$ 2.705,57	1,13	R\$ 4.278,59	R\$ 3.724,47	1,26

PERFIL DE ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS		
	MASCULINO	FEMININO
ANALFABETOS	00	00
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO/ALFABETIZADO	56	09
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	48	06
ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	303	57
ENSINO SUPERIOR	95	30
PÓS GRADUAÇÃO*	48	16

*Especialização, MBA, Mestrado, Doutorado e Pós-Doc.

TRABALHADORES TERCEIRIZADOS POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA			
	FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO
EMPREGADOS TERCEIRIZADOS (Vigilância, Motorista e Auxiliares de Limpeza)	DE 18 A 25 ANOS	07	13
	DE 26 A 30 ANOS	21	15
	DE 31 A 40 ANOS	47	25
	DE 41 A 50 ANOS	68	26
	DE 51 A 60 ANOS	23	07
	MAIS DE 60 ANOS	00	00

TRABALHADORES TERCEIRIZADOS POR RAÇA (VIGILÂNCIA, MOTORISTA E AUXILIAR DE LIMPEZA)			
	BRANCOS	NEGROS	TOTAL
MASCULINO	155	11	166
FEMININO	69	17	86
TOTAL	224	28	250

Participação em saúde e segurança

Para o cumprimento das diretrizes traçadas, a Eletrobras CGTEE possui um Plano de Segurança e Medicina do Trabalho editado no ano de 2004. Este Plano contempla a Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977, e as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Plano e seus anexos definem um planejamento básico para a implementação de um trabalho sistematizado de Segurança e Medicina do Trabalho nos serviços realizados pela Eletrobras CGTEE, a fim de que a geração de energia seja feita de forma segura e humanizada. O grande desafio é manter um permanente relacionamento com as equipes de trabalho, promovendo a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. Neste contexto, a prioridade é promover e proteger a integridade física e mental do trabalhador no local de trabalho, orientando-o de forma a desenvolver de maneira segura suas atividades, cumprindo as legislações vigentes, adotando medidas apropriadas para a preservação e manutenção de seu completo bem estar físico, mental e social.

A meta proposta é atingir Acidente Zero, na qual a Eletrobras CGTEE e suas Contratadas se comprometem a alcançar tal objetivo, esforçando-se para obter este resultado e concedendo o mais amplo respaldo ao programa.

Existem três CIPA's (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) constituídas no âmbito da Companhia, em funcionamento na Sede, São Jerônimo e UPME. Considerando as três CIPA's temos 100% dos empregados nelas representados.

ACIDENTES DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	NÚMERO
Número total de acidentes de trabalho com empregados	14
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,02
Acidentes com afastamento temporário de empregados	01
Número total de dias perdidos em função de acidentes de trabalho	31
Acidentes que resultaram em multilações ou outros danos à integridade física e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0%
Índice TF (Taxa de frequência) total da empresa no período, para empregados	7,94

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO				
	2008	2009	2010	2011
Média de horas extras por empregado/ano	135,75	83,08	81,75	157,67
Número total de acidentes de trabalho com empregados	23	22	18	14
Número total de acidentes de trabalho com contratados/terceirizados	44	43	38	75
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,04	0,04	0,03	0,02
Acidentes com afastamento temporário dos empregados/ prestadores de serviço (%)	52,23	61,64	26,79	60,68
Acidentes que resultaram em multilação ou outros danos à integridade física dos empregados e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (Incluindo LER) (%)	0	0	0	0
Acidentes que resultaram na morte dos empregados/ prestadores de serviço (%)	0	0	0	0
Índice de TF (Taxa de frequência) total na empresa no período para empregados	14,69	15,04	10,38	7,94
Índice de TF (Taxa de frequência) total na empresa no período para terceirizados/contratados	25,03	31,11	26,61	37,69
Investimentos em programas específicos para portadores do vírus HIV (R\$ Mil)	0	0	0	0



Direitos Humanos

Estão contemplados nos editais de licitação, bem como no código de ética e de conduta, os compromissos com a erradicação dos trabalhos infantil e forçado, a prevenção ao assédio moral e sexual, combate à corrupção, compromisso com práticas permanentes de equidade de gênero e a garantia de livre associação sindical. Estes compromissos também estão ratificados com a adesão da empresa ao Pacto Global.

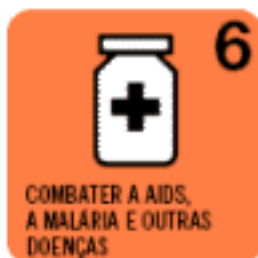
Pacto Global

O Pacto Global, do qual a Eletrobras CGTEE faz parte desde 27 de julho de 2008, é uma iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), que incentiva o setor público e privado a contribuir ativamente para suas resoluções e para a governança de um planeta sustentável.

O Pacto Global consiste de 10 (dez) princípios de gestão corporativa, fundamentados nos direitos universais, que confere às empresas um nível internacional de parceria com a ONU em suas políticas e práticas de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental. A seguir é apresentada ilustração detalhando cada um destes princípios.



Além do Pacto Global, a Eletrobras CGTEE assumiu o compromisso com a promoção dos Objetivos do Milênio. Os 8 objetivos do milênio foram estabelecidos pela ONU em 2000, depois da análise dos maiores problemas mundiais. Esses 8 jeitos de mudar o mundo aprovados por 191 países e que devem ser atingidos até o ano de 2015, são os seguintes:



Balanço Social

O registro das ações voltadas para a responsabilidade social permite avaliar seus resultados e direcionar os recursos para o futuro. O balanço social da empresa explicita a forma de gestão de negócios e os resultados atingidos, investimentos realizados e os desafios para o futuro.

Balanço Social Anual / 2011						
Empresa: CGTEE Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica						
1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	662.624			610.315		
Resultado operacional (RO)	17.208			41.211		
Folha de pagamento bruta (FPB)	111.844			82.713		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	8.421	7,53%	1,27%	5.792	7,00%	0,95%
Encargos sociais compulsórios	24.566	21,96%	3,71%	17.384	21,02%	2,85%
Previdência privada	4.493	4,02%	0,68%	3.980	4,81%	0,65%
Saúde	2.205	1,97%	0,33%	1.530	1,85%	0,25%
Segurança e saúde no trabalho	3.416	3,05%	0,52%	3.715	4,49%	0,61%
Educação	100	0,09%	0,02%	66	0,08%	0,01%
Cultura	79	0,07%	0,01%	48	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	478	0,43%	0,07%	237	0,29%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	850	0,76%	0,13%	595	0,72%	0,10%
Participação nos lucros ou resultados	10.079	9,01%	1,52%	7.093	8,58%	1,16%
Outros	1.623	1,45%	0,24%	1.405	1,70%	0,23%
Total - Indicadores sociais internos	56.310	50,35%	8,50%	41.845	50,59%	6,86%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	15	0,04%	0,00%
Cultura	254	1,48%	0,04%	77	0,19%	0,01%
Saúde e saneamento	14	0,08%	0,00%	10	0,02%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	248	1,44%	0,04%	319	0,77%	0,05%
Outros	10	0,06%	0,00%	10	0,02%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	526	3,06%	0,08%	431	1,05%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	66.514	386,53%	10,04%	15.675	38,04%	2,57%
Total - Indicadores sociais externos	67.040	389,59%	10,12%	16.106	39,08%	2,64%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	19.463	113,10%	2,94%	4.115	9,99%	0,67%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	20.090	116,75%	3,03%	3.630	8,81%	0,59%
Total dos investimentos em meio ambiente	20.090	116,75%	3,03%	7.745	18,79%	1,27%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		



5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	678			659		
Nº de admissões durante o período	32			66		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	873			739		
Nº de estagiários(as)	76			80		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	365			343		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	118			108		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11,11%			11,11%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	47			47		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,70%			3,70%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1			1		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14,99			18,26		
Número total de acidentes de trabalho	14			25		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não serão	() serão sugeridos	() serão exigidos	(X) não serão	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011 R\$ 555.818			Em 2010 R\$ 202.820		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	R\$ 110.457 governo R\$ 92.170 colaboradores(as) R\$ 17.208 acionistas R\$ 335.983 Agentes			R\$ 82.016 governo R\$ 68.599 colaboradores(as) R\$ 41.211 acionistas R\$ 10.994 Agentes Financ.		
7 - Outras Informações						
0						



Indicadores do Setor Elétrico

P&D+I ANEEL

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I ANEEL) da Eletrobras CGTEE vem sendo realizado desde o ano de 2000 e a tabela abaixo demonstra os valores aplicados pela Companhia em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, conforme Leis nº. 9.991 de 24/07/2000 e nº. 10.848 de 15/03/2004.

CICLOS	P&D (R\$)	FNDCT* (R\$)	MME** (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64
2005/2006	702.760,47	702.760,47	351.380,00
2006/2007	624.789,00	624.789,00	312.394,50
2007/2008	566.417,40	566.417,39	283,216,89
2008/2009	659.013,77	548.121,77	264.060,88
2009/2010	1.019.244,72	766.126,21	383.063,08
2010/2011	2.072.656,86	2.072.656,86	1.036.328,15
2011/2012	2.223.642,71	2.223.642,71	1.111.821,37

* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

** Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

***Considerando a projeção de valores referente à ROL para os meses de novembro e de dezembro.

Alinhada as novas orientações para a realização de projetos de P&D+I a Eletrobras CGTEE está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

Dimensão Ambiental

A Eletrobras CGTEE investe em ações de responsabilidade socioambiental, visando promover o desenvolvimento sustentável nas áreas onde atua. Em 13 de abril de 2011, firmou com o IBAMA, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Eletrobras e Advocacia Geral da União, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assumindo uma série de compromissos, visando, sobretudo a adequação ambiental da sua principal unidade produtiva, a Usina Termelétrica Presidente Médici. A seguir são elencados os principais projetos executados em 2011:

- **Implantação de uma nova rede de monitoramento da qualidade de ar, composta por cinco estações, que monitoram parâmetros tais como, SO_x, NO_x, Material Particulado, entre outros;**
- **Implantação de uma central de armazenamento temporário de resíduos sólidos, essencial para a consolidação do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Companhia;**
- **Pavimentação das vias de acesso às bacias de sedimentação, visando diminuir a concentração de material particulado provocada pela movimentação dos caminhões que transportam cinzas para as cimenteiras da região;**
- **Automação do sistema de recirculação de efluentes líquidos.**



A administração da companhia prioriza a preservação do meio ambiente em seus processos de tomada de decisão. A fim de avaliar o impacto dos seus empreendimentos na fauna, flora, água e solo das áreas circunscritas, a Companhia realiza um extenso e detalhado monitoramento ambiental.

O efluente líquido gerado em seu processo industrial é totalmente tratado. No caso específico da Usina Termelétrica de São Jerônimo, este efluente é recirculado e reaproveitado no processo. Na Usina Termelétrica Presidente Médici, parte do efluente é recirculado, e outra parte, após tratamento, é devolvido ao Arroio Candiota, atendendo todos os padrões de qualidade exigidos pelo órgão ambiental;

A Eletrobras CGTEE prioriza também, a aquisição de novas tecnologias que permitam otimizar a utilização de recursos naturais, como o carvão, seu principal insumo, favorecendo o desenvolvimento econômico das comunidades do entorno de seus empreendimentos. Nesse sentido, prepara-se para a adequação ambiental das emissões atmosféricas de seus empreendimentos com a implantação de um sistema de dessulfurização, que visa diminuir consideravelmente suas emissões de SOx e material particulado, além da aquisição de carvão com um menor teor de cinzas e enxofre.

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) EN16

<http://www.elektrobras.gov.br/sustentabilidade/inventariodeemissoesdegasesdeefeitoestufa>

A seguir são apresentados dados de monitoramento ambiental, os quais comprovam e reforçam o compromisso da Companhia em atuar de forma sustentável:

Total de retirada de água por fonte (GRI EN8)

Água superficial: 5.461.348 m³

Abastecimento municipal: 6.600 m³

NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso (GRI EN20):

SO₂ = 27.764 t/ano

NO_x = 2.322 t/ano

Descarte total de água, por qualidade e destinação GRI (GRI EN21)

Os descartes planejados referem-se à disposição do efluente líquido gerado no processo produtivo da Usina Termelétrica Presidente Médici. Este efluente recebe tratamento primário em bacias de sedimentação, que garante o lançamento no corpo hídrico, atendendo os padrões preconizados pela legislação vigente.

Volume de efluente descartado e tratado em 2011: 2.349.282 metros cúbicos.

Fontes Hídricas significativas ateadas por descartes de água (GRI EN9):

Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.

O descarte do efluente líquido da Usina Termelétrica Presidente Médici é realizado no Arroio Candiota, atendendo todos os parâmetros preconizados pelo órgão de fiscalização ambiental. Os resultados do monitoramento sistemático deste corpo hídrico sugerem que a qualidade da água e sua biodiversidade não sofrem impacto significativo pelo descarte realizado. A Usina Termelétrica de São Jerônimo, por sua vez, dispõe de um sistema de recirculação do seu efluente líquido, não sendo portanto realizado descarte em corpos hídricos.

A Eletrobras CGTEE em 2011 declara que não houve derramamentos que pudessem causar impactos ao meio ambiente.

Resíduos Industriais Gerados pela Eletrobras CGTEE (GRI EN22)

Os programas de gerenciamento de resíduos, antes voluntários em algumas unidades da federação, tornaram-se obrigatórios em todo o território nacional a partir da Lei de Resíduos Sólidos, instituída em agosto de 2010. Por isso, as empresas do Sistema Eletrobras estão ampliando suas atividades de monitoramento, sobretudo sobre processos relacionados à geração de energia e ligados a atividades de apoio e manutenção da operação de usinas.

Todas as exigências legais relativas à disposição de resíduos sólidos industriais são atendidas pela Eletrobras. Ao longo dos anos, a quantidade de resíduos gerada pelas empresas Eletrobras não sofreu grandes variações, nem tampouco a geração média no período. Excepcionalmente, longas paradas para manutenções de caldeiras ou sistemas auxiliares geram grande volume de resíduos.

De maneira geral, o controle dos resíduos da Eletrobras é feito através de Manifestos de Resíduos, mas os valores declarados não correspondem à totalidade dos resíduos gerados, já que algumas unidades não possuem sistema de gerenciamento, que deverá ser incorporado nos próximos anos, ampliando gradualmente seu controle. (EN22) As empresas do Sistema Eletrobras observam as normas de disposição de resíduos da ABNT e Conama.

A tabela abaixo demonstra o peso dos resíduos dispostos, por tipo e por métodos de disposição (EN22).

	Coprocessam.	Central de Res.	Mina	Estocado	Recicl.	Total
A0111 - Cinzas de caldeira			687.318		437574,6	1.124.892 t
A0020 - Resíduo gerado fora do processo industrial (escritórios, embalagens, etc.)					0,7	82 t
A0030 - Resíduo de varrição não perigoso		28.500				28.500 t
A0040 - Sucata de metais ferrosos				57.902		57.902 t
A0070 - Resíduo plástico (bombonas)		1,9				1,9 t
A0084 - Fibra de vidro				8,0		8,0 t
A0090 - Resíduo de madeira (restos de embalagens, pallets)				4,7		4,7 t
A170 - Resíduo de refratário		44,6		15,8		60,4 t
A0990 - Lã de vidro				2,2		2,2 t
Projeto 3Rs SEDE					6,0	6,0 t
Não Perigosos	0	28.547	687.318	57.933	437.581	1.211.379 t
K0072- Acumuladores de energia (baterias, pilhas, assemelhados)		40,0		0,7		40,7 t
K0106 - Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio ou sódio)		0,3		2,4		2,7 t
K0210 - Resíduos oriundos de laboratórios industriais				0,02		0,02 t
K0212- Embalagens vazias contaminadas		0,1		0,3		0,4 t
F0030 - Óleo usado (contaminado)	30,0				54	84,0 t
F0031- Material contaminado com óleo		1,4		2,8		4,2 t
F0041 - Resíduo de amianto				2,0		2,0 t
F0042- Resíduo têxtil contaminado (panos, estopas,etc..)	38,4					38,4 t
Perigosos	68,4	41,9	0,0	8,2	54,0	172,4 t

Resíduos sólidos industriais são todos aqueles no estado sólido ou semi-sólido resultantes das atividades industriais, incluindo todos e determinados líquidos, cujos atributos tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água ou que exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis.

Biodiversidade (GRI EN14):

Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.

A biodiversidade é sistematicamente avaliada por meio de relatórios quadrimestrais de monitoramento de diversos compartimentos ambientais. Os resultados apresentados sugerem que a biodiversidade das áreas monitoradas não sofre impactos significativos associados ao processo produtivo, entretanto, sofrem impactos de todas as ações antrópicas existentes na região.

Programas de Capacitação e Treinamento

Além dos projetos já citados na dimensão social, destacam-se ainda os seguintes programas:

Programa de Comunicação Social

Tem por objetivo traduzir a política e a forma de gestão da Eletrobras CGTEE, seus objetivos e suas metas e buscar contemplar todos os setores envolvidos com produção, apoio, empreendimentos, projetos, obras e ações. Durante o ano de 2010 foram distribuídos 113 mil exemplares em duas edições especiais do Boletim "Geração CGTEE" em 9 (nove) municípios da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul. Neste informativo apresentou-se um panorama geral sobre o andamento da Construção da UTE Candiota III, bem como as ações socioambientais da Companhia na região.

Programas de Integração Comunitária

Projetos e ações com a finalidade de promover a cidadania e o desenvolvimento humano, que visam contribuir para uma sociedade mais consciente, justa e solidária através dos seguintes projetos:

Programa de melhoria da Infraestrutura urbana em Candiota

Consistiu em estabelecer convênios com instituições locais para atendimento a demandas de infraestrutura urbana do município. Foram firmados pela Eletrobras CGTEE, ou pelas empresas atuantes na construção da UTE Candiota III, importantes convênios com a Prefeitura Municipal de Candiota, Brigada Militar e Corpo de Bombeiros.

Participação na elaboração, avaliação, implantação ou monitoramento de políticas públicas

A Eletrobras CGTEE também participa do Programa de Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal.

Programa de Acompanhamento da Situação de Saúde da População na área de Influência da Usina Termelétrica Presidente Médici

O Programa visa correlacionar as emissões atmosféricas resultantes dos processos produtivos da região de entorno da Usina Termelétrica Presidente Médici, com a incidência de doenças do trato respiratório. É executado através de um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

Políticas e Instrumentos de Gestão

A unificação das políticas ambientais de todas as subsidiárias do Sistema Eletrobras orienta-se por princípios que sintetizam a essência do compromisso ambiental do Sistema. Além dos princípios, a Política é constituída por diretrizes, que dão aos princípios uma dimensão operacional.

Indicadores de Gestão da Sustentabilidade (IGS)

O sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade (IGS), é o principal instrumento de gestão dos impactos ambientais causados pelos empreendimentos do Sistema. A partir de 2011, estão sendo monitorados quatro grandes temas – água, energia, resíduo e biodiversidade – por meio de 36 indicadores, a serem continuamente atualizados.

Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (SCMA)

Colegiado composto pelos representantes da área de Meio Ambiente das empresas Eletrobras, o Subcomitê de Meio Ambiente é o fórum técnico e institucional que garante às empresas uma atuação coerente com os princípios e diretrizes da Política Ambiental. O SCMA está organizado em 10 grupos de trabalho temáticos (GTs) e duas comissões, que discutem temas críticos e estratégicos do setor elétrico, discute soluções às questões socioambientais comuns do Sistema Eletrobras, viabiliza a realização de procedimentos articulados nos necessários relacionamentos interinstitucionais e o representa no Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico Brasileiro (FMASE).

Proximidade a áreas protegidas e de alta biodiversidade [GRI EN11]

A Eletrobras CGTEE não possui unidades operacionais localizadas dentro ou próximas a áreas protegidas ou áreas de alto índice de biodiversidade. (GRI, EN11 verificar)

Emissões Atmosféricas

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) (EN 16 e EN 17)

Desde 2005 foi identificada na Eletrobras a necessidade de identificar e contabilizar as emissões de gases causadores do efeito estufa de sua responsabilidade. Para cumprir o compromisso de inventariar anualmente suas emissões vem-se utilizando a metodologia do IPCC (2006) e as diretrizes do GHG Protocol – a ferramenta mais utilizada mundialmente para a quantificação desses gases e pelas empresas que buscam o aprimoramento dos seus sistemas de gestão ambiental e a sua sustentabilidade.

De 2005 a 2008 o inventário de GEE das empresas Eletrobras considerou apenas as emissões provenientes de suas usinas termelétricas e de grupos diesel (escopo 1 do GHG Protocol) de seis de suas empresas, consolidando a sua primeira série histórica de emissões. A partir de 2009, procurou-se ampliar a identificação das fontes emissoras dos gases, sempre seguindo os escopos do GHG Protocol, incluindo empresas como a Eletrosul e Itaipu que não geram energia termelétrica. Assim, o resultado do inventário ano base 2009 foi calculado considerando a contribuição de dez das empresas Eletrobras, incluindo também o Cepel e a própria Holding. Para o ano base 2010, procurou-se aumentar o escopo do inventário, além de incorporar a contribuição das distribuidoras de Rondônia, do Acre e do Piauí.

Com foco na sustentabilidade, obter esse conhecimento facilita a proposição de medidas eficazes para o gerenciamento das emissões de GEE.

É importante destacar que o Inventário de emissões de GEE da Eletrobras não aborda a fonte hídrica por ainda não haver suficiente compreensão sobre o ciclo do carbono em reservatórios em geral, nem consenso científico a respeito do assunto. Já as emissões referentes a perdas no sistema de transmissão e distribuição deverão ser incorporadas no próximo ciclo de publicação do Inventário, coerentemente com o objetivo de ampliar a cada ano o escopo e a qualidade das informações aqui reportadas.

O valor da emissão de GEE correspondente ao somatório de todas as empresas em 2010 é cerca de 8.716.462,98 t CO₂e (toneladas de CO₂ equivalente). As emissões fugitivas de SF₆, provenientes dos equipamentos elétricos que utilizam este gás, somam 160.025 tCO₂e. As outras fontes inventariadas – veículos (fontes móveis) e energia elétrica adquirida pelas empresas, embora produzam emissões não desprezíveis, representam juntas menos de 1% do total.

À exceção das empresas que têm maior peso na geração termelétrica, a quantidade de emissão de GEE por energia gerada é muito pequena. No conjunto das empresas Eletrobras este índice é extremamente favorável, demonstrando uma produção de energia majoritariamente limpa.

Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas (EN 18)

O Planejamento Estratégico da Eletrobras 2010-2020 inclui a responsabilidade de gestão para a mudança climática global. Entre seus objetivos estratégicos foi relatado: “Maximizar a participação das energias limpas, incluindo novas energias renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras.”

Em seu segundo objetivo, o Plano Estratégico de Negócios 2010-2020 da Eletrobrás, também assume que, para maximizar a participação da energia limpa, inclusive de fontes alternativas na matriz energética da Eletrobras, as principais estratégias são:

- **Desenvolver novas tecnologias para geração de energia limpa;**
- **Investir em novos experimentos para geração de novas fontes renováveis;**
- **Participar de licitações para projetos de fontes renováveis de geração, com garantia de viabilidade técnica;**
- **Investir na redução das emissões de fontes térmicas, garantindo o retorno sobre o investimento.**

O Convênio entre FURG e CGTEE foi assinado em 2012.

A Eletrobras CGTEE, ainda não possui iniciativas para redução dos gases de efeito estufa. Visando encontrar alternativa retomou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul –UFRGS, para utilizar microalgas na redução de gás carbônico(CO2) na atmosfera.

NOx e SOx e outras emissões atmosféricas por tipo (GRI, EN20)

	NOx	SOx
UNIDADE	ton	ton
TOTAL	2.322 t/ano	27.764 t/ano

Eletrobras CGTEE

Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária (GRI, EN3)

Em relação ao consumo de energia direta pelas empresas do Sistema Eletrobras, focou-se no consumo de energia para realização de todas as operações das empresas, excluindo o consumo de energia (diesel, carvão, entre outros) para geração de energia elétrica que é disponibilizada na rede do SIN.

Escolhendo esta separação dos dados, fornecemos informações que permitem a análise da eficiência energética para a realização de todas as atividades das empresas do Sistema, excetuando o consumo de energia para geração de energia elétrica.

As informações sobre a geração de energia elétrica por tipo de fonte estão disponíveis no indicador EU2, enquanto relatamos a eficiência média de geração das térmelétricas por fonte de energia no indicador EU3.

Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária (GRI, EN4)

A energia consumida no SIN (Sistema Interligado Nacional) não pode ser classificada como 100% renovável, já que a energia da rede é produzida por diversas fontes. Apesar disso, deve-se ressaltar que a maior parte da energia elétrica disponibilizada ao SIN provém de usinas hidrelétricas.

Água (GRI, EN8)

Os valores apresentados abaixo correspondem à água utilizada para consumo nas instalações da Eletrobras CGTEE, e não contemplam a água “turbinada”, ou seja, utilizada para geração de energia.

Total de retirada de água por fonte (M3)*

m3	Superficial	Subterrânea	Mares/Oceanos	Empresas de Abastecimento	Chuvas	Outras Fontes
Água consumida em 2011	5.461.348	0	0	6.600	0	0

Eletrobras CGTEE

Algumas usinas captam água somente para resfriamento, retornando-a ao corpo hídrico. Em 2011, a Eletrobras CGTEE utilizou 8.800.000 metros cúbicos de água no sistema de refrigeração do processo industrial, valor que é proporcional à geração média das unidades de produção, que nos últimos anos não tem variado significativamente.

Conformidade Legal

	Número de multas recebidas	Número de multas pagas	Valor das multas recebidas	Valor multas pagas	Número sanções não monetárias recebidas
UNIDADE	Qte.	Qte.	Reais/1000	Reais/1000	Qte.
Água consumida em 2011	13	2	6.601	139	5

Eletrobras CGTEE

A Eletrobras (Holding) recebeu do Ibama, em 2002, o auto de infração nº 144886 – D com sanção de multa simples no valor de R\$ 1 milhão, objeto do processo administrativo do nº 2023.000388/2003-67, relativo ao acidente ocorrido no site da Mini Central Hidrelétrica desativada - MCH Quebra Dentes, Bem da União Sob Administração da Eletrobras situado no município de Quevedos (RS).

Monitoramento Ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em 2011.

Em 13 de abril de 2011, a Eletrobras CGTEE firmou com o IBAMA, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Eletrobras e Advocacia Geral da União, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assumindo uma série de compromissos, visando, sobretudo, a adequação ambiental da UPME. A Eletrobras CGTEE deverá atender todas as exigências deliberadas, e principalmente instalar um sistema de abatimento e controle dos óxidos de enxofre e material particulados emitidos pela UPME.



Índice GRI

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
Estratégia e análise			
1.1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia.	2	
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades.	N/R	
Perfil organizacional			
2.1	Nome da organização.	5	
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços.	5	
2.3	Estrutura operacional da organização, incluindo principais divisões, unidades operacionais e subsidiárias e joint ventures.	8	
2.4	Localização da sede da organização.	5	
2.5	Número de países em que a organização opera e nome dos países em que suas principais operações estão localizadas ou são especialmente relevantes para as questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório.	N/A	
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade.	5	
2.7	Mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários).	4	
2.8	Porte da organização.	5	
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária.	N/A	
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	N/A	

Parâmetros para o relatório

3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.	4	
3.2	Data do relatório anterior mais recente.	4	
3.3	Ciclo de emissão do relatório.	4	
3.4	Dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ou seu conteúdo.	N/A	
3.5	Processo para definição de conteúdo do relatório.	4	
3.6	Limite do relatório (como países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, fornecedores).		
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório.	N/A	
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações que possam afetar significativamente a compatibilidade entre períodos e/ou entre organizações.	N/A	
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações dos relatórios.	N/R	
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões e aquisições, mudança no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição	N/A	Não houve reformulação de informações.

Indicador	Aspecto/Descrição	Página	Comentário
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere ao escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	N/A	
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório. Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório.	34	
3.13	Se a verificação não for incluída no relatório de sustentabilidade, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa fornecida, bem como a relação entre a organização relatora e o(s) auditor(es).	N/R	GRI nível C sem verificação externa.

Governança, Compromisso e Engajamento

4.1	Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, tais como estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização.	7
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo (e, se for o caso, suas funções dentro da administração da organização e as razões para tal composição).	NA
4.3	Para organizações com uma estrutura de administração unitária ¹¹ , declaração do número de membros independentes ou não-executivos do mais alto órgão de governança.	7-8
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança.	8-9
4.5	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental).	NR
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados.	NR
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais.	NR
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação.	5
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios.	NR
4.10	Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.	NR

Compromissos com Iniciativas Externas

4.11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução.	N/R
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	18-24
4.13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que organização.	N/A

Engajamento de Stakeholders

4.14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização.	5-6
4.15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com as quais se engajar.	5-6
4.16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de stakeholders.	5-6
4.17	Principais temas e preocupações que foram levantadas por meio do engajamento dos stakeholders e medidas a organização tem adotado para tratá-los,	NR

Indicadores de Desempenho Econômico

EC1	Valor econômico direto gerado distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	13
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	NR
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	NR
EC4	Ajuda financeira significativa recebida pelo governo.	NR
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	NR
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	NR
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	NR
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividade pro bono.	NR
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	NR

Indicadores de Desempenho Ambiental

EN1	Materiais usados por peso ou volume.	NR
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	NR
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte de energia primária.	NR
EN5	Energia economizada devido a melhoria em conservação e eficiência.	NR
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	NR
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	NR
EN8	Total de retirada de água por fonte.	27
EN9	Fonte hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	27
EN10	Percentual e volume de água reciclada e reutilizada de água.	NR
EN11	Localização e tamanho da área possuída. Arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	NR
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	NR



EN13	Habitats protegidos ou restaurados.	NR
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	NR
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações. Discriminadas pelo risco de extinção.	NR
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	31
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	31
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	32
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	NR
EN20	NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	31
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	31
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	32
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.	NR
EN24	Peso e resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléia ¹³ Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	NR

EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	NR	
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	NR	
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	NA	
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.		Não houve multas significativas no período.
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	NR	
EN30	Total de investimentos gastos em proteção ambiental, por tipo.	NR	

Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	19
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	20
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.	NR
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	NA
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	NR
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	22
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	23
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves..	22
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	23
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	NR

LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	NR
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	NR
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com o gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	20
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	21





Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos

HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	NR	
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	NR	
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.	NR	
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	NR	
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	NR	
HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	NR	
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	23	
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	NR	
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	NA	Não houve casos de violação.

Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade

S01	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	NR	
S02	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção	NR	
S03	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	NR	
S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	NR	
S05	Posições quanto as políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	NR	
S06	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	NR	Como empresa pública a CGTEE é impedida por lei de realizar contribuições financeiras desse tipo.
S07	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	NR	
S08	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	NR	

Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	NR	
PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	NR	
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	NA	O produto da CGTEE é energia elétrica que não exige embalagem.
PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	NR	O produto da CGTEE é energia elétrica que não exige embalagem.



PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	NR
PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	NR
	Aspecto: Conformidade	
PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamento e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	NA
	Aspecto: Compliance	
PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	NR
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não -conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	NR



Nível de Aplicação

Com base nas informações contidas neste Relatório a Eletrobras CGTEE declara que seu relatório segue as regras do Global Reporting Initiative (GRI), dentro do seu modelo, em seu nível C de aplicação.

Este relatório foi construído com a participação de diversas áreas e colaboradores da Eletrobras CGTEE, demonstrando de forma transparente como a Empresa vem conduzindo a sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. Nosso agradecimento a todos que contribuíram com seu esforço e comprometimento.

Adair Lauro Smaniotto – Departamento de Contabilidade - DFC
Alexandre R. Petineli – Secretaria Geral - PRS
Anselmino Spessato – Auditoria Interna – PRA
Carlos Augusto T. de Almeida – Assessoria de Gestão e Planejamento - PRG
Clésio Ismerio de Oliveira (P&D+I) – Departamento de Engenharia - DTE
Edi L. Girardi – Ouvidoria - PRD
Elvio Luis L. Käfer – Departamento de Prog. de Prod. e Comercialização de Energia – DTP
Geferson Mathias Bragatto – Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos - PRR
Gilmar Bohrz – Departamento de Engenharia - DTE
Guaracy de Souza Cunha – Assessoria de Comunicação Social – PRM
Heloisa Peregrina - Assessoria de Gestão e Planejamento - PRG
Hermes Cerratti Marques – Unidade de Gerenciamento de Projeto - UGP
João Luis Lucas Maracci – Departamento de Contabilidade - DFC
Jonas K. Pinto – Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos - PRR
José Hilton da Silva Cardoso – Departamento de Monit. e Licenc. Ambiental – DTA
Laura Sperotto Gomes - Assessoria de Gestão e Planejamento - PRG
Luiz Fernando dos Santos Farias - Comissão de Ética
Marquit Vanidia Gabe - Assessoria de Gestão e Planejamento - PRG

Paola Tamires de Lima Coiro – Assessoria de Gestão e Planejamento - PRG
Pauline Bervig – Departamento de Recursos Humanos - DAH
Paulo Aymires P. Tavares – Assessor da Diretoria Financeira - DF
Paulo Joel Leão – Coord. de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social – PRH
Renato Maracci – Assessoria de Gestão e Planejamento - PRG
Ricardo Dias Blois – Termo de Ajuste de Conduta - TAC
Rosangela de Freitas Machado – Departamento de Recursos - DAH
Rosemeri Nunes da Silva – Secretaria Geral – PRS
Rubens Jamil de Oliveira – Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos - PRR
Sergio Roberto dos Santos – Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho – DAS
Stéfanie Galante Duarte – Assessoria de Gestão e Planejamento - PRG

Coordenação

Graciele Mafalda dos Santos
Chefe da Assessoria de Gestão e Planejamento

José Luiz Soares
Assessoria de Gestão e Planejamento





www.cgtee.gov.br



Ministério de
Minas e Energia